

# Indústrias Culturais e Capitalismo no Brasil

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

## RESUMO

Este artigo visa a uma reflexão crítica, a partir de fontes bibliográficas, a respeito do processo de implantação e consolidação das indústrias culturais no Brasil e da relação desse processo com o ingresso do País na etapa monopólica do capitalismo. Para isso, primeiramente, procura-se analisar o período em que esse tipo de organização surge com relevância nos países do mundo capitalista avançado e o papel que exerce na construção de uma hegemonia de classe. Na seqüência, trata-se da especificidade da experiência brasileira de implantação e consolidação das indústrias culturais e levantam-se algumas possibilidades de reflexão. A perspectiva teórica predominante na análise é a da Economia Política da Comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indústrias Culturais. Capitalismo.

## 1 INDÚSTRIAS CULTURAIS E CAPITALISMO MONOPÓLICO

O processo de implantação das indústrias culturais no Brasil, à semelhança do que ocorre nos países de capitalismo avançado, dá-se na fase de acumulação conhecida na literatura crítica como monopolista. A diferença reside no fato de que, no Brasil, essa etapa do capitalismo ocorre tardiamente em relação às nações desenvolvidas, isto é, num período em que o capitalismo monopólico mundial já estava plenamente constituído.

Antes de abordar a especificidade do processo de implantação e consolidação das indústrias culturais no Brasil, impõe-se que se analise, à luz da literatura, a etapa do capitalismo em esse tipo de organização se constitui como fenômeno relevante. Para isso, examinam-se algumas de suas características mais gerais, assim como o momento histórico em que ocorre nas nações do mundo desenvolvido.

A etapa monopolista do capitalismo refere-se, na literatura de tradição mar-

xista, ao regime de acumulação que se instaurara na fase posterior a do capitalismo concorrencial, conhecido também como liberalismo clássico ou competitivo<sup>1</sup>, que vigorou nas nações desenvolvidas até o final do século XIX.

Nos países avançados, o processo de transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista teve início ainda no final do século XIX, mas se expande e se consolida no século XX. As principais características dessa fase são, por um lado, o surgimento das grandes corporações e, por outro, a forte presença do Estado na vida social. Juntos e articuladamente, Estado e grandes empresas comandam o processo de acumulação até o esgotamento do ciclo denominado pelos regulacionistas, da Escola Francesa de Regulação, de regime fordista de acumulação<sup>2</sup>, no início da década de 1970.

Do ponto de vista econômico, a crise que provoca a transição da etapa competitiva para a etapa monopólica no final do século XIX configura-se com o acirramento da concorrência intercapitalista e pela ausência de novos mercados que permitam a expansão do capital. Para enfrentá-la, as empresas iniciam um processo de fusões e incorporações - dando origem aos "trustes" - que resultam na centralização de capital.

A fase monopólica do capitalismo inicia-se, assim, marcada pelo surgimento das grandes corporações, dos oligopólios<sup>3</sup>. Nos países capitalistas avançados, começa a emergir entre 1880 e 1900, completa-se no princípio do século XX e expande-se plenamente a partir do final da II Guerra Mundial (MELLO, 1998; BOLAÑO, 2000).

Na tentativa de descrever essa etapa, valemo-nos do que dizem, de comum acordo, Mello (1998) e Bolaño (2000) a respeito do assunto. Para os autores brasileiros, o aspecto central do capitalismo monopolista reside nas transformações da dinâmica de acumulação decorrentes da concentração e da centralização do capital. Essa concentração e essa centralização teriam alterado as formas de concorrência em relação à fase anterior. Sob o monopolismo, a concorrência passa a ser exercida entre grandes blocos de capital, com potencial ofensivo muito maior e com uma enorme capacidade de diversificação, em função da articulação permitida pelo capital financeiro. Além de aumentar a mobilidade do capital, a nova dinâmica aponta para o aumento da magnitude dos investimentos. O resultado é

<sup>1</sup> Conforme Mello (1998), a fase liberal, ou concorrencial, do capitalismo ocorre no período que vai da Segunda Revolução Industrial (1873) até à eclosão da chamada 'Grande Depressão' (1896).

<sup>2</sup> Conforme a Escola Francesa de Regulação, regime de acumulação em vigor no mundo capitalista avançado no período que vai do final da II Guerra até o início da década de 70 (HARVEY, 2001).

<sup>3</sup> Pequeno número de grandes empresas que controlam segmentos inteiros de mercado, como petróleo, alimentos e higiene pessoal.

a concentração de investimentos e de capitais num pequeno número de grandes empresas, fenômeno que, dependendo do grau de concentração e do poder monopólico das empresas, tende a cristalizar um espectro de taxas de lucro, limitando o movimento do capital entre setores distintos.

O que ocorre, assim, é que a tendência à perequação das taxas de lucro se desloca para a órbita financeira, que passa a determinar toda a lógica de ação dos grandes blocos de capital, seja pelo predomínio do capital bancário, [ . . . ] seja por uma organização de tipo conglomerado, como a que prevalece no pós-guerra, na qual a empresa *holding* define uma estratégia global de diversificação [ . . . ] (BOLAÑO, 2000, p. 73).

Além da concentração e da centralização dos investimentos de capitais, que proporciona o surgimento das grandes organizações empresariais, a etapa monopólica do capitalismo caracteriza-se também, especialmente após a II Guerra, por uma maior intervenção do Estado nas economias. Este é o período que David Harvey (2001) denomina regime de acumulação fordista-keynesiano<sup>4</sup>.

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado fordista-keynesiano. ( p. 119).

Sobre a articulação entre os principais agentes desse novo período, diz o autor:

O crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o traba-

<sup>4</sup> O *keynesianismo* diz respeito ao conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais, formuladas pelo economista J. Keynes, com o objetivo de estabilizar o capitalismo, evitando, ao mesmo tempo, repressões e irracionalidades, beligerâncias e toda forma de nacionalismo que as soluções nacional-socialistas pudessem implicar (HARVEY, 2001, p.124).

lho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 2001, p. 125).

Sob o regime de acumulação fordista-keynesiano, Harvey (2001) explica também que, à medida que a produção em massa envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria também condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa. Para isso, o Estado tinha de se esforçar para manter o controle dos ciclos econômicos através de uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram então dirigidas às áreas de investimento público, como transportes, equipamentos etc. Áreas vitais, segundo o autor, para garantir um nível de emprego relativamente pleno.

Nesse cenário, cabia também aos governos fornecer complementos ao salário social, como gastos de seguridade, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder do Estado era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores.

Na fase anterior, liberal, a idéia que prevalecia era a da não-intervenção do Estado na esfera econômica. O papel deste deveria se restringir à manutenção da ordem pública, “[. . .] para manter as condições externas de uma economia vista como natural e naturalmente capaz de funcionar num nível ótimo de atividades, desde que absolutamente separada do Estado.” (BOLAÑO, 2000, p. 75).

Sob a ordem capitalista monopolista, ao contrário, o Estado deixa de ser apenas árbitro para adquirir um poder de intervenção maior nas relações sociais. Conforme Bolaño (2000), não apenas interfere no próprio conteúdo dos contratos, como se torna ele mesmo proprietário de empresas, transformando-se, nesse caso, num ente capitalista individual de pleno direito. O Estado passa, assim, a investir diretamente naqueles setores da economia que o capital privado não tem condições ou não tem interesse em investir.

A estrutura internacional que se constitui após 1945 nos países capitalistas avançados - superado o modelo liberal e excluída a alternativa nazi-fascista - é a representada pela implantação e pela expansão do modelo de *Welfare State*. A nova estrutura também se caracteriza pelo antagonismo permanente entre blocos liderados a oeste e leste, respectivamente, pelos Estados Unidos da América e pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Além da presença expressiva do Estado nas relações sociais que se constituem sob a etapa monopólica do capitalismo na virada do século XIX para o século XX, um outro aspecto merece atenção. Diz respeito à forma de constituição e manu-

tenção de hegemonia<sup>5</sup> nas relações tanto entre as classes sociais quanto entre as nações. Nesse processo, passa a ser fundamental o papel exercido pelas indústrias da comunicação e da cultura.

Na relação entre as nações participantes do sistema capitalista internacional, a hegemonia é norte-americana. A posição de liderança dos Estados Unidos da América resulta do seu poder econômico e financeiro e do seu domínio militar. Harvey (2001, p.131) explica que o acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar em moeda-reserva mundial e vinculou o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária dos EUA: “A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações.”, compara o autor.

Quanto às relações entre classes sociais, Bolaño (2000) lembra que, na etapa liberal do capitalismo, a burguesia industrial conseguia impor sua hegemonia mediante um certo tipo de acerto com as demais frações burguesas, entre as quais uma classe média numericamente reduzida que não se distinguia, ética e moralmente, da burguesia dominante. O enquadramento das camadas subalternas podia ser garantido pela coerção física ou ideológica, mas também pelos mecanismos da democracia liberal (partidos, notáveis, representação censitária).

Essa situação altera-se significativamente no período monopolista. Inspirado em J. Habermas, Bolaño (2000) observa que o crescimento do proletariado e sua constituição em bloco histórico no final do século XIX, e ainda mais depois da Revolução Russa de 1917, assim como o aumento numérico da classe média, faz com que o processo de constituição de hegemonia entre as classes sociais se torne muito distinto daquele que vigorava no período anterior.

Na nova estrutura social, há necessidade de um mecanismo articulador mais poderoso que, por exemplo, uma imprensa dirigida a um público limitado. Esse mecanismo de mediação é representado pelos meios massivos de comunicação, com capacidade de se dirigir ao conjunto da população e não apenas aos leitores de um jornal. No novo cenário, há necessidade de instrumentos de “[ . . . ] mediação gerais entre o Estado e os grupos políticos organizados, de um lado, e a massa, assim constituída, de outro.” (BOLAÑO, 2000, p. 85).

Assim, as indústrias culturais, isto é, as organizações empresariais que passam a explorar o negócio comunicação e cultura, transformando o que é por natureza um bem cultural numa mercadoria, surgem e começam a se desenvolver nessa fase. E o primeiro dos bens culturais a adquirir caráter de mercadoria e a se institucionalizar como negócio é o jornalismo, mais especificamente a mídia impressa.

<sup>5</sup> Por hegemonia entende-se o conceito gramsciano de domínio econômico e liderança política de uma classe social no seio do bloco histórico (PORTELLI, 1977).

Já no século XIX, a indústria da mídia jornalística assumia seu caráter comercial: aumentava a circulação como forma de aumentar a renda obtida com a venda de espaços publicitários. A esse respeito, Thompson (1999b) adverte que a comercialização em si não constituía propriamente um fato novo nessa época, uma vez que as primeiras impressoras (século XV) haviam sido exploradas comercialmente, sendo orientadas para a produção de materiais impressos para venda no mercado. Observa, entretanto, que a escala de comercialização, especialmente na indústria jornalística, expandiu-se em razão da melhora dos métodos de produção e distribuição, assim como do crescimento da alfabetização e abolição de impostos. “Durante o século XIX, houve também um aumento substancial da população e um gradual aumento da alfabetização, resultando num mercado de expansão constante para os jornais e os livros.”, acrescenta (THOMPSON, 1999a, p. 235).

A rápida expansão na circulação teria sido acompanhada por mudanças significativas na natureza e no conteúdo dos jornais. O autor argumenta que, enquanto nos séculos XVII e XVIII, os jornais procuravam atingir um público restrito, geralmente rico e bem educado, nos séculos XIX e XX, foram se dirigindo progressivamente para públicos maiores.

Dessa forma, foram se tornando importantes instrumentos na promoção de outros bens e serviços e o vínculo com a publicidade foi se fortalecendo. Concomitantemente, foram se tornando empreendimentos comerciais de grande porte, que passaram a exigir grandes investimentos de capital, reproduzindo no setor situação muito semelhante a que já era vivenciada por outros setores da economia submetidos à lógica monopolista do capital. O surgimento das primeiras agências de notícias de atuação internacional (Havas, Reuters e Wolff) é um outro fator importante no processo de desenvolvimento das indústrias da mídia no século XIX.

O fenômeno indústria cultural só aparece como sistema integrado, de forma completa, no século XX, precisamente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Bolaño (2000) explica que é justamente durante esse período expansivo que se pode observar claramente a solidariedade existente entre o desenvolvimento do capitalismo monopolista, o Estado do Bem-Estar Social e as indústrias culturais. E que o melhor exemplo dessa solidariedade entre capitalismo monopolista e indústrias culturais seria a televisão, o novo meio de comunicação massiva que se institui a partir dos anos 50.

Teria sido nesse período que se constituem, por exemplo, os dois modelos de organização dos sistemas nacionais de televisão – o comercial e o público. A adoção de soluções distintas, historicamente determinadas, resolveria, de alguma forma e por algum tempo, as tensões entre as necessidades de publicidade e de propaganda do sistema e entre os imperativos do Estado e do capital em relação à comunicação de massa.

O autor observa que, no meio da dinâmica crise-regulação-crise que se verifica na Europa pós-guerra, a solução representada pela organização dos sistemas de comunicação como serviço público, do ponto de vista do capital, só foi aceitável como uma solução provisória, necessária para a manutenção do equilíbrio social e para o esforço de reconstrução nacional. A perpetuação do modelo, entretanto, significaria uma limitação para a ação do capital sob o regime monopolista. Significaria também uma restrição a um campo de investimento de crescente interesse, em função da própria importância que adquiria a televisão como mecanismo fundamental de mediação.

Por essa razão, no início dos anos 50 já era recorrente a discussão sobre a privatização do sistema televisivo na Europa. “[ . . . ] em 1954 se estabelece o sistema misto na Inglaterra, ao mesmo tempo em que, desde o início, a televisão privada de Luxemburgo representa ameaça constante à estabilidade dos sistemas estatais de seus países vizinhos.” (BOLAÑO, 2000, p. 21).

A reconstrução desse contexto pareceu-nos necessária para que se proceda a partir de agora à análise do processo de implantação e consolidação das indústrias culturais no Brasil, quando se verá que o fenômeno mantém o mesmo tipo de relação com a etapa monopolista do capitalismo, vivenciado tardiamente em relação aos países capitalistas avançados.

## 2 AS INDÚSTRIAS CULTURAIS NO BRASIL

As indústrias culturais adquirem seu pleno desenvolvimento Brasil, e se consolidam, em decorrência da articulação de dois fatores que atuam de forma interdependente: um de natureza política e outro de natureza econômica. O fator econômico é representado pelo ingresso do País na etapa monopolista do capitalismo; o político, pela instauração do regime militar em 1964 e a conseqüente implementação de um projeto de desenvolvimento burocrático-autoritário fundamentado na Ideologia da Segurança Nacional (ISN).

O processo de implantação das indústrias de bens simbólicos, no entanto, começa antes, nos anos 60, embora só se consolide na década de 70. Inicia ainda no período do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e se aprofunda nos governos militares pós-1964.

Do ponto de vista econômico, os anos 60 e 70 representam o período de ingresso da economia nacional na etapa monopolista do capitalismo. Como ocorre em um momento em que a economia mundial capitalista está plenamente constituída, pode-se dizer que a inclusão do Brasil no sistema é tardia, retardatária. Do ponto de vista político, significa a fase mais dura de atuação do Estado autoritário sob comando militar que visava implementar um projeto de nação que vinha sendo

articulado por segmentos autoritários da sociedade desde muito antes da chegada ao poder em 64.

## 2.1 FATOR ECONÔMICO:

### A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

Mesmo que nas décadas anteriores aos anos 1960 possam ser encontrados empreendimentos empresariais no setor da cultura e da comunicação (jornais, emissoras de rádio, editoras, gravadoras etc.), assim como um insipiente mercado para esses bens, não se pode dizer que tivessem as características próprias daquele tipo de atividade que Adorno e Horkheimer, em 1947, denominaram de indústria cultural<sup>6</sup>.

Numa das obras mais importantes sobre o processo de implantação das indústrias culturais do Brasil<sup>7</sup>, o antropólogo Renato Ortiz (1991) lembra que na década de 40 já se pode passar a considerar seriamente a presença de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa. Diz que, recuando-se às décadas anteriores, encontram-se jornais, revistas ilustradas e histórias em quadrinhos produzidos por organizações de caráter empresarial. Observa, no entanto, que a sociedade não estava ainda estruturada de forma a atribuir significado e amplitude social a esses meios. “Se apontamos os anos 40 como o início de uma ‘sociedade de massa’ no Brasil é porque se consolida neste momento o que os sociólogos denominaram de sociedade urbano-industrial. ”, esclarece (p. 38). Mais adiante explica que as empresas culturais existentes procuravam expandir suas bases materiais, mas encontravam grandes obstáculos que se interpunham ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o que colocava limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa.

Dessa forma, considerando pertinente a análise do antropólogo, podemos dizer que os anos 40 e 50 marcam o momento de incipiência de uma sociedade de consumo de massa no Brasil, enquanto as décadas de 60 e 70 se definem pela consolidação do mercado de bens culturais.

O período de desenvolvimento industrial que se instaura com o governo JK<sup>8</sup> é definido pelos economistas como de “industrialização pesada” e marcado por um novo padrão de acumulação capitalista. Mello (1998) explica que o período de “industrialização pesada” se situa entre os anos de 1956 e 1961 e se caracteriza

<sup>6</sup> Conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas tecnicamente e de capital centralizado, que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala, empregando métodos marcados por alto grau de divisão do trabalho, baseado em fórmulas e visando à rentabilidade econômica (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

<sup>7</sup> *A Moderna Tradição Brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural, de Renato Ortiz, publicada em 1991 pela Editora Brasiliense.

<sup>8</sup> O governo JK aprofunda um processo de desenvolvimento industrial iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas, sob a inspiração da Revolução de 1930.

por uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo nacional. Segundo ele, ocorre aí um salto tecnológico que permite ampliar a capacidade produtiva do setor empresarial do País muito além da demanda pré-existente.

Esse novo padrão de acumulação demarcaria, portanto, uma nova fase, que vem suplantar a anterior, denominada “industrialização restringida” e verificada entre os anos de 1933 e 1955. As fases de “industrialização restringida” e de “industrialização pesada”, integram, entretanto, o mesmo processo de desenvolvimento capitalista, que nesse momento encontra-se na sua etapa monopolista.

Como a reproduzir internamente processo semelhante que já ocorrera em escala mundial, o modelo de capitalismo que aqui se implanta, especialmente a partir da segunda metade dos anos 50, tem forte participação do Estado. E da mesma forma que aconteceu nos países de capitalismo avançado, em que predominou o regime de acumulação definido por Harvey (2001) como “fordista-keynesiano”, a expansão da industrialização pesada no Brasil se dá apoiada na intervenção estatal articulada ao capital estrangeiro, que começa a chegar para implementar a política de substituição de importações efetivada pelo governo desenvolvimentista de JK. No caso brasileiro, poder-se-ia definir esse período não como “fordista-keynesiano”, mas “fordista-cepalino”<sup>9</sup>, dada a influência dos teóricos da CEPAL na formulação das políticas de desenvolvimento brasileiro no período. Estabelece-se assim um novo tipo de pacto, de aliança, entre o Estado e o capital estrangeiro, marcando o início de uma fase “transnacional” de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento que se verifica a partir desse momento no setor de produção de bens culturais, assim como em outros segmentos econômicos, se dá apoiado no grande capital nacional dependente e associado do capital estrangeiro e estatal (LOPES, 1994).

A propósito dessa aliança, convém reproduzir parte da análise Sodré (1989) ao discorrer sobre os interesses do capital estrangeiro nos mercados periféricos, no período pós-Guerra, e as implicações do processo de substituição de importações no setor de produção de bens culturais. O historiador observa que:

[ . . . ] já não lhe sendo possível opor-se a esse desenvolvimento, cabe associar-se a ele, subordina-lo a seus propósitos e interesses. O fator de impulso à indústria sempre foi o

---

<sup>9</sup> CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina, órgão da UNESCO na América Latina que teve fundamental importância na formulação de propostas visando à superação do subdesenvolvimento dos países do continente. Como tal, constitui-se uma escola do pensamento político e econômico ao trabalhar com a problemática da industrialização nacional a partir de uma situação periférica. Com várias tendências circunscritas ao mesmo paradigma, é representada pela obra de autores como Celso Furtado, Raul Prebisch, Aníbal Pinto, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares, entre outros.

mercado interno, que não cessou de crescer; acompanhando o aumento demográfico, ascendeu, de maneira geral, o poder aquisitivo, ao mesmo passo em que novas áreas indo sendo incorporadas à economia de mercado. Aceitando a nova realidade, o imperialismo instala-se no interior e disputa o mercado interno [ . . . ] (SODRÉ, 1989, p. 64).

O papel do Estado na fase de “industrialização pesada”, conforme Mello (1991), foi decisivo, e por duas razões: 1º) porque foi capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade; e 2º) porque estabeleceu as bases para a associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e de favorecimentos.

Assim, Estado e grandes empresas oligopolistas internacionais comandaram o processo de “industrialização pesada”, período essencial para se compreender o contexto em que começam a se estruturar as indústrias culturais no Brasil.

Dessa forma, pode-se sustentar que, assim como nos países capitalistas avançados, é na etapa monopolista, ainda que tardia, do desenvolvimento capitalista brasileiro que as indústrias de bens culturais vão se desenvolver.

A plenitude desse desenvolvimento, isto é, sua consolidação, entretanto, dá-se no momento em que o desenvolvimento de natureza capitalista é retomado e aprofundado pelos governos militares, depois da breve interrupção do processo provocada pelos governos populistas de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

Ao pesquisar comparativamente a implantação das indústrias culturais nos países do Cone-Sul<sup>10</sup> da América Latina, Capparelli (1989) avalia que as profundas transformações econômicas que ocorrem nesses países entre as décadas de 60 e 80 devem-se em parte ao reordenamento mundial da economia e em parte à própria dinâmica interna de cada um deles. Ao se implantar um novo modelo de acumulação capitalista, alguns traços desse modelo são comuns aos países pesquisados, mas outros são específicos, “[ . . . ] têm origem na história, na cultura ou nas particularidades do modelo econômico em vigor na época precedente.” (CAPPARELLI, 1989, p. 7).

A inserção desigual da região do Cone-Sul na etapa monopolista do capitalismo teria se distinguido, conforme o autor, pelo aparecimento de massas trabalhadoras como atores políticos, por uma elevação do poder aquisitivo da maioria da população e, especialmente, pela situação de parceria política no processo de industrialização substitutivo de importações, através da aliança

<sup>10</sup> A expressão Cone-Sul refere-se aos países que geograficamente se situam mais ao Sul da América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

de classe dos trabalhadores com a burguesia.

No Brasil, a internacionalização do processo de produção industrial teve a intervenção decisiva do Estado. Este passou a atuar diretamente na economia, estatizando setores da produção, ao investir naquelas áreas em que o capital privado ou não tinha capacidade ou não tinha interesse em investir; e indiretamente, ao regulamentar a atividade produtiva, conceder incentivos, favorecimentos etc.

Todas essas mudanças, segundo Capparelli (1989), têm profundas repercussões nas indústrias culturais em razão do caráter peculiar do tipo de produto que produzem. Os bens culturais integram concomitantemente as esferas estrutural e superestrutural da sociedade. Da estrutura, porque compõem, com outros produtos, um modo de produção capitalista, utilizando mão-de-obra física e intelectual e perseguindo a mais-valia; da superestrutura, porque circulam em um mercado de bens simbólicos.

## 2.2 FATOR POLÍTICO:

### ALIANÇA ENTRE ESTADO E SETORES "MODERNOS"

O papel dos governos militares que se seguiram ao golpe de 1964, retomando e aprofundando o processo de integração do Brasil à ordem capitalista internacional, assim como o projeto de nação que tinham em mente, é o fator político a ser considerado na fase de consolidação das indústrias culturais nas décadas de 60 e 70.

A propósito do reordenamento político ocorrido à época do golpe militar, Taschner (1992), ao pesquisar a transformação do grupo editorial *Folha da Manhã*, de São Paulo, em grande indústria jornalística a partir dos anos 60, observa ter se formado um pacto de poder baseado em uma aliança entre a burguesia, as classes médias e os militares. Esse pacto excluía rigorosamente as classes populares. A aliança, entretanto, não incluía todos os setores da burguesia e das classes médias. Segundo a autora, os setores tradicionais das classes médias e os ligados à grande propriedade rural, que inicialmente faziam parte do projeto, foram progressivamente alijados das posições de poder dentro do Estado em benefício dos 'grupos modernos'. Eram considerados modernos os setores da burguesia empresarial que se organizaram em torno da grande empresa e os setores de classe média que se escudaram no Estado empresarial e na grande empresa, inclusive e principalmente os militares.

Assim, conclui,

[...] foi nos marcos do capitalismo monopolista tardio e sob a égide de um regime político burocrático-autoritário de controle militar, no qual boa parte dos direitos de cidadania foram restringidos ou inexistentes, que a indústria cultural viveu um período de grande desenvolvimento, o qual, em

função de tal enquadramento, ganharia certa especificidade. (TASCHNER, 1992, p.105).

Segundo essa análise, alguns aspectos favoráveis à indústria cultural derivam do próprio monopolismo; outros, de medidas econômicas do governo, no sentido de gerir a crise e preparar as bases do novo ciclo de expansão; ou ainda do próprio autoritarismo do regime; ou, finalmente, do cruzamento desses fatores.

O golpe militar de 1964 é ponto de inflexão igualmente importante para Ortiz (1991), que, ao analisar a evolução da indústria cultural no Brasil, diz que o fenômeno precisa ser vinculado a razões de fundo, às transformações estruturais que se processam na sociedade brasileira nesse momento.

O antropólogo paulista observa que o estado militar inaugurado em 1964 tinha um duplo significado. Era, concomitantemente, um projeto político e um projeto econômico. Do ponto de vista político, inspirava-se na Ideologia de Segurança Nacional (ISN), o fundamento do pensamento militar em relação à sociedade. A Ideologia de Segurança Nacional concebe o Estado como uma entidade política que detém o monopólio da coerção, a faculdade de impor – inclusive pela força – as normas de conduta a serem obedecidas por todos. Trata-se de um Estado percebido como o centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos. Vem daí, segundo ele, a preocupação constante com a integração nacional. “Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir de um centro, a diversidade social.” (ORTIZ, 1991, p. 115). Por esse tipo de raciocínio, tudo o que contribua para a disfunção desse sistema deve ser reprimido, punido, banido. Daí a censura, os exílios, as prisões. O autor diz ainda que a ISN se propunha a substituir o papel que as religiões desempenhavam nas sociedades tradicionais, quando o universo religioso soldava organicamente os diferentes níveis sociais, gerando solidariedade entre as partes e assegurando a realização de determinados objetivos. “Procura-se garantir a integridade da nação com base em um discurso repressivo que elimina as disfunções, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos.” (ORTIZ, 1991, p.115).

Do ponto de vista econômico, o regime militar define-se pelo projeto de desenvolver a economia brasileira e inseri-la no mercado internacional. Para isso, são tomadas medidas que aprofundam mudanças iniciadas ainda no período JK e que reorganizam a economia como um todo. Na mesma linha de argumento de Taschner (1992), Ortiz (1991) diz que o Estado autoritário permite consolidar no Brasil o chamado “capitalismo tardio”.

Em termos culturais, essa reorganização econômica produz conseqüências imediatas: paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de

bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais. A expansão dessas atividades, entretanto, faz-se associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário. Aqui, Ortiz (1991) chama atenção para a diferença existente entre o desenvolvimento de um mercado de bens materiais e um mercado de bens culturais.

Segundo o antropólogo, o mercado de bens culturais envolve uma dimensão simbólica que aponta para questões ideológicas. Os bens culturais expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto. Por isso, a área tem um tratamento diferenciado por parte do Estado. “A cultura pode expressar valores e disposições contrárias à vontade política dos que estão no poder.” (ORTIZ, 1991, p.114). É preciso vigiar, incentivar o desenvolvimento da indústria cultural, já que ela é fundamental para o projeto de poder, mas manter-se atento quanto aos excessos.

A esse respeito, Capparelli (1989) lembra que, nesse período, a sociedade civil é tida como inimiga, devendo ser conquistada ou pela força ou pela persuasão, a fim de que a reorganização econômica atinja seus fins. Os meios de comunicação eram, portanto, arma poderosa a ser empregada na batalha da opinião pública.

Para desempenhar o trabalho de vigilância permanente é que existe a censura. Ortiz (1991) chama a atenção para a existência das duas faces da censura existente no período. Uma delas é repressiva; a outra, disciplinadora. A face repressiva é a puramente negativa, a que diz não, a que veta, proíbe. A disciplinadora é mais complexa, afirma e incentiva um determinado tipo de orientação. Ortiz (1991) assegura que, de 1964 a 1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural. Ela atua como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. “São censurados as peças teatrais, os filmes, os livros; mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial.” (ORTIZ, 1991, p. 114). Com isso, quer dizer que o ato censor atinge a especificidade da obra, não a generalidade da sua produção.

Por essa razão, o Estado de Segurança Nacional não só detém o poder de censura, como também se interessa pelo desenvolvimento de determinadas atividades culturais, desde que submetidas às razões de Estado. Reconhece, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser ‘perigosa’ quando nas mãos de dissidentes do regime, mas benéfica quando circunscrita ao poder autoritário. É por perceber a importância de atuar junto às esferas culturais que, segundo o autor, o Estado vai promover a criação de instituições como a Embrafilme, a Funarte, o Pró-Memória etc. Pela mesma razão vai reconhecer a importância dos meios de comunicação de massa, pela sua capacidade de difundir idéias, de se comunicar diretamente com o público e, sobretudo, pela possibilidade de criar estados emocionais coletivos, o que era essencial para a consecução dos objetivos de integração nacional.

A idéia de integração nacional, aliás, é um ponto de convergência de interesses entre os militares no poder e a classe empresarial portadora de um capitalismo que, aos poucos, segundo Ortiz, vai se desprendendo da sua insipiência. Ocorre que “integração nacional” tinha um sentido para os militares e outro para a classe empresarial.

Para os militares, integrar significava a união nacional – de norte a sul, de leste a oeste – em torno de objetivos comuns representados pelo projeto da ISN, criando assim, fortemente, uma idéia de nação, coesa, com a qual todos os brasileiros, indiferenciadamente, estariam empenhados e comprometidos. Significava a unificação das consciências. Para os empresários, integração nacional significava tão somente integração de mercados.

Os diferentes sentidos, entretanto, não significavam empecilho para a convergência de interesses entre uns e outros. Para levar adiante o projeto de integração nacional, o Estado militar implantou toda uma infra-estrutura de comunicações cujos benefícios serão colhidos pela classe empresarial, interessada na integração dos mercados consumidores. É a partir dessa convergência de interesses que, segundo Ortiz (1991) se dá a colaboração efetiva do regime militar para a expansão dos grupos privados.

A convergência de interesses, ou solidariedade, entre os grandes grupos privados que atuam nos diversos segmentos das industriais culturais e o Estado brasileiro durante o regime militar pode ser comprovada fartamente. Em primeiro lugar, como bem observa Capparelli (1989), o governo federal e suas principais empresas estatais (Petrobrás, Caixa Econômica Federal) estão entre os 20 principais anunciantes do País. Essa condição, por si só, caracteriza grande dependência das indústrias culturais da boa vontade dos governantes, que, além disso, detêm o controle das instituições de financiamento. Em segundo lugar, o Estado é o responsável direto pela implantação de políticas e de infra-estrutura que irá beneficiar diretamente o setor privado.

Quanto à implementação de políticas específicas, Capparelli (1989) nos fornece dois exemplos: a criação do Grupo Executivo das Indústrias do Papel e Artes Gráficas (GEIPAC), com o objetivo de ajudar a expansão das indústrias de papel e das editoras e apoiar a criação de novas empresas do ramo; e medidas para facilitar a importação de equipamentos e outros materiais necessários à indústria gráfica, além de subvenções para as impressões.

Quanto à implantação de infra-estrutura com recursos públicos, o melhor exemplo é dado por aquelas iniciativas que permitem o desenvolvimento da televisão, meio técnico que padecia de enormes dificuldades de desenvolvimento desde os anos 50, quando foi implantado no País por Assis Chateaubriand: a criação da Embratel e do sistema internacional de satélites, em 1965, do Ministério das Comunicações, em 1967, e a inauguração do sistema de microondas, em

1968 (completado em 1970, com a inclusão da Amazônia), que permitiu a interligação de todo o território nacional. Com toda essa infra-estrutura, ficavam superadas as dificuldades técnicas que impediam a implantação de um sistema de redes. Todo esse sistema, essencial para as indústrias culturais, especialmente para a televisão, pressupôs um suporte tecnológico financiado pelo Estado, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, onde resultou de investimentos privados.

Dessa forma, o que justifica a ação dos militares na implantação de uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento das telecomunicações é a ISN e a idéia central de integração. Como, entretanto, o Estado atua e privilegia a intervenção direta na área econômica, quem colhe os frutos desse investimento estatal são os empresários da televisão, particularmente a Rede Globo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de consolidação das indústrias culturais no Brasil, no período em análise, não pode ser visto, portanto, fora do contexto político e econômico em que se desenvolveu. A ação direta do Estado e a estreita relação que os governos mantiveram com a classe empresarial revelam, na verdade, uma articulação de interesses econômicos, por um lado, e ideológicos, por outro. Segundo Capparelli (1989), os governos autoritários tinham muitos objetivos e as medidas tomadas obedeceram às seguintes razões:

1. O sistema de comunicações, unindo todo o País, favoreceria as pretensões dos militares em seu zelo pela segurança interna;
2. a infra-estrutura de comunicações daria condições para acelerar o ciclo de redução, visto que diminuiria o tempo necessário à circulação de mercadorias;
3. a infra-estrutura de comunicações favoreceria a implantação da televisão em todo o País. E a televisão teria influências na expansão do mercado de produtos culturais do tipo I e II [*conforme divisão proposta por Bernard Miège, produtos tipo I são os reprodutíveis sem necessidade do envolvimento de trabalhadores culturais, como aparelhos de som, toca-discos, vídeo-cassetes etc.; os do tipo II são todos os reprodutíveis que requerem o envolvimento de trabalhadores culturais, como livros, discos, filmes etc.*] (nosso grifo).
4. as indústrias culturais acelerariam o ciclo do capital através da publicidade e fariam dela uma nova oportunidade de reprodução do capital. (CAPPARELLI, 1989, p. 22).

Parece-nos que os objetivos foram alcançados satisfatoriamente, porque o Produto Interno Bruto (PIB), instrumento que mede o tamanho da riqueza

nacional, elevou-se de tal forma que, no início dos anos 80, o Brasil era a sétima economia capitalista mundial. “O mercado da publicidade era também o sétimo do mundo e representava 1,16% do Produto Interno Bruto. Enfim, a publicidade na televisão era a quarta do mundo.”, complementa Capparelli (1989, p. 23) com dados relativos a 1984.

A relação entre empresários e militares não se deu sem conflitos, contudo. Ortiz (1991) lembra que os interesses dos empresários da cultura e do Estado eram os mesmos, embora topicamente pudessem diferir. Nesses termos, a própria censura pode ser melhor compreendida. O autor observa que a ISN era moralista (no sentido político, de costumes) e a dos empresários, mercadológica. O conflito se instaura quando a censura torna-se excessivamente rigorosa na sua incidência sobre o produto (jornais, canções, filmes, etc.) e com isso prejudica a sobrevivência econômica das empresas. Um jornal que tenha comprometida a sua credibilidade, seu principal capital, pela ação da censura, perderá leitores e, conseqüentemente, anunciantes. Como equacionar essa questão, uma vez que os empresários da cultura e das comunicações se beneficiam do Estado? Segundo o autor, a saída encontrada foi uma ação seletiva da censura: a crítica se desloca do campo político para o campo econômico. Ao mesmo tempo em que é um incômodo para o crescimento das indústrias culturais, a censura é o preço a ser pago pelo fato de serem os militares os incentivadores do desenvolvimento brasileiro, avalia o antropólogo.

Assim, a partir dos anos 70, as indústrias culturais no Brasil passam por uma formidável expansão, tanto no que diz respeito à produção, quanto à distribuição e ao consumo. Crescem a produção de livros, a publicidade, o mercado editorial, a indústria gráfica, cinematográfica, jornalística, de entretenimento, etc. e se consolidam conglomerados como a Editora Abril, o grupo Folhas, Organizações Globo, O Estado de São Paulo etc.

No Rio Grande do Sul, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) assume a liderança em praticamente todos os segmentos de mídia a partir da introdução dessa lógica capitalista no gerenciamento do negócio comunicação, o que ocorre plenamente no curso dos anos 80. Pode-se afirmar que a era das indústrias culturais no RS começa com a hegemonia conquistada pelo conglomerado que se estrutura em torno da televisão e desta com a rede hegemônica nacional, a Rede Globo.

Essas organizações são, ao fim e ao cabo, grandes conglomerados voltados para a realização de negócios. Nessas estruturas, a produção de conteúdos jornalísticos ou de bens culturais é atividade plenamente submetida à lógica capitalista de produção. O próprio gerenciamento das empresas, antes exercido por criadores/produtores da área da cultura e/ou da comunicação, transforma-se em atribuição de executivos treinados no mercado para a maximização de lucros.

As implicações dessa subordinação da informação e da cultura para a neces-

sária constituição e permanente renovação de uma esfera pública democrática e culturalmente diversificada são algumas das principais questões a serem pensadas quanto a esse processo. Apesar de não ser uma discussão original, uma vez que muitos a têm feito, é pertinente que seja relançada, especialmente nos dias atuais, quando se ingressa numa outra fase, muito mais profunda, de controle do capital sobre a informação e a cultura. Nessa nova etapa, que no Brasil começa a se configurar na última década do século XX e se apresenta com contornos mais definidos neste início de século XXI, as indústrias culturais passam por reestruturação institucional determinada pela lógica do capital. No caso brasileiro, preparam-se para atrair investimentos de capital estrangeiro, o que era proibido até o início de 2003, depois de aprovada autorização constitucional para isso. Os conglomerados nacionais candidatam-se, assim, à conglomeração transnacional. O mundo é o limite. Mas este tema é objeto para outra oportunidade.

#### Cultural Industry and Capitalism in Brazil

##### ABSTRACT

This article aims to conduct a critical reflection, starting from bibliographical sources, about the process of growing and consolidation of cultural industry in Brazil and the relations between those processes and a new stage for the country entering a monopolistic capitalism. To do so, we first try to analyze the period when this kind of organization grew in importance in advanced capitalist nations and the role it played in the building of class hegemony. After that, we deal with the specificity of the Brazilian experience to implant and consolidate cultural industries, and we suggest some possibilities for further reflections. The prevailing theoretical perspective of analysis is that of Political Economy of the Communication.

**KEYWORDS:** Cultural Industry. Capitalism.

#### REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural:** informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

CAPPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e Indústrias Culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984).** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1989.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Unicamp.IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 4).

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da Cultura Brasileira**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1989.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

**Virginia Pradelina da Silveira Fonseca**

*Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Extensão Rural pela UFSM. Doutoranda no Programa de Comunicação e Informação da UFRGS. Professora assistente do Curso de Comunicação Social da FABICO/UFRGS.  
E-mail: virginia@ufrgs.br  
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Capparelli*